



## Em primeiro de abril de 1964: soltaram os demônios<sup>1</sup>

April 1, 1964: Unleashed demons

Jair Krischke<sup>2</sup>  
mjdhbr@gmail.com

Solon Eduardo Annes Viola<sup>3</sup>  
solonv@unisinos.br

Thiago Vieira Pires<sup>4</sup>  
thigovieirapires@hotmail.com

### Apresentação

A História dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos é muito recente na sociedade brasileira. Seu nascimento data do tempo em que “[...] num primeiro de abril soltaram os demônios [...]”, suprimiram os direitos civis e políticos e sonegaram direitos sociais e econômicos para a maioria da população. Não satisfeitos e armados da “doutrina de segurança nacional”, os “tais demônios” adotaram a tortura como prática de investigação. Incontroláveis, sequestraram, mataram e fizeram desaparecer.

Seus crimes contra a humanidade lembravam a barbárie e a crueldade europeia contra os povos originários no período da ocupação colonial da América Latina, da Ásia e da África. Impunes em suas violências espalhadas pelo mundo, voltaram-se contra si mesmos cobrindo partes do território europeu com campos de concentração e fornos crematórios. Suas ações foram além do suportável, e a sociedade brasileira começou a reagir, movida pela necessidade de defender a vida daqueles que ousavam resistir ao terror do Estado.

Nos mínimos espaços organizados que sobraram na sociedade civil – para além dos espaços do grande capital e da grande propriedade da terra –, pessoas de extrema coragem se reuniram para encontrar formas de proteção da vida. D. Paulo Arns, cardeal da Arquidiocese de São Paulo, criou uma Comissão de Justiça e Paz reunindo intelectuais, operários, estudantes e professores. No dizer de D. Paulo Arns, foi a “fase catabúmbica” dos direitos humanos no Brasil.

No Rio Grande do Sul, um grupo de pessoas passou a atuar já na segunda metade dos anos 1960 resguardando os perseguidos pelo regime militar; contudo, só conseguiu se registrar de forma legal como Movimento no final da década de 1970. Ao contrário de São Paulo, este grupo não conseguiu apoio da Arquidiocese local.

Durante uma reunião dos militantes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) em março de 1979, foram definidos os seus propósitos<sup>5</sup>: O Movimento de Justiça e Direitos Humanos nasceu das reflexões de um grupo que se reunia para estudo e debate de seu compromisso cristão. Ao deparar-se com situações concretas de violação dos direitos humanos, decidiu esse grupo organizar-

<sup>1</sup> Entrevista concedida a Solon Eduardo Annes Viola e Thiago Vieira Pires, realizada em 07/05/2012. Captação de imagem, áudio e de gravação: Thiago Vieira Pires.

<sup>2</sup> Fundador e atual presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e referência latino-americana em direitos humanos. Nesta entrevista, analisa a criação da Comissão Brasileira de Memória e Verdade. Compara as experiências latino-americanas e analisa o lento caminho da transição para a democracia. Demonstra as dificuldades que se interpõem no Caminho da Comissão, crítica a ausência da dimensão da Justiça e salienta a importância do papel a ser exercido pelas ações da sociedade civil e do movimento social para que a Comissão exerça sua função de consolidar a democracia.

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, membro e atual coordenador do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

<sup>4</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista de Iniciação Científica UNIBIC. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

<sup>5</sup> A primeira diretoria eleita estava assim constituída: presidente Jair Krischke; secretário, Bruno Inácio Fischer; tesoureiro, Omar Ferri; diretores, Jacques Távora Alfonsin, José Mariano Beck, Ricardo Balestrieri, Cecília Maria Pinto Pires, Quirino Signori, Jandir, João Zanotelli, Bertholdo Weber; assessores da Diretoria: Celso Luis Franco Geiger e Pe. Albano Trinks.

se para a ação. Eram refugiados políticos, cheios de angústia e aflição, que procuravam socorro; eram pessoas da periferia da cidade de Porto Alegre, com familiares presos para averiguação; eram queixas de arbitrariedades policiais, incluindo a tortura, notadamente contra os pobres.

Movimentos equivalentes foram se consolidando por todo o território brasileiro formando uma primeira geração de sujeitos cuja ação se orientava para as lutas pela redemocratização do país e da América Latina, pela justiça social e pela formação de uma cultura de direitos humanos.

Entre os pioneiros desta geração e do Movimento, um deles, Jair Krischke, fez de sua vida um compromisso com os direitos humanos e com o MJDH. Esse compromisso é tão intenso que, entre os muitos companheiros e companheiras que já estiveram – e estão – ligados ao Movimento, se tem a convicção que Jair Krischke e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos vivem em simbiose.

Com ações reconhecidas em toda a América Latina, o MJDH – juntamente com o seu fundador e primeiro presidente – já recebeu diversas homenagens. Recentemente, o próprio Senado Federal concedeu-lhe o Prêmio Dom Helder Câmara de Direitos Humanos por proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Anteriormente já havia recebido o Prêmio de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo no ano de 2002.

Quando o tema da Memória e da Verdade recupera espaço na cena nacional e o Brasil cria sua Comissão Nacional da Memória e Verdade, a história nacional reacende as lembranças das torturas, dos sequestros e do terrorismo do Estado. Recupera também os embates contra a censura, em defesa da anistia ampla e irrestrita, a campanha pelas “Diretas Já” e pela Constituinte Soberana.

Numa conjuntura como esta, é importante que se ouça a primeira geração – os pioneiros dos direitos humanos –, e, entre eles, é indispensável que se ouça Jair Krischke. A entrevista foi gravada em arquivo digital de imagem e som por Thiago Vieira Pires, que também foi responsável pela gravação. A primeira versão foi disponibilizada para apreciação do entrevistado, que sugeriu as incorporações e mudanças que julgava necessárias. A responsabilidade final pelo texto é dos entrevistadores.

Solon Viola (SV): Jair, nosso tema é o tema da Comissão da Memória e da Verdade. Para a primeira parte dessa entrevista, acredito que podemos começar com o que é isso da Comissão da Memória e da Verdade? Como tu entendes isso da Comissão da Memória e da Verdade?

Jair Krischke (JK): Nós temos escutado muita bobagem ao longo desses últimos tempos. Muita bobagem! Refiro-me a estas Comissões da Verdade que são seguidamente citadas pela imprensa. Elas iniciam o seu trabalho em decorrência de períodos terríveis – após longos processos ditatoriais – de muita violência, da necessidade de se fazer o resgate histórico e também o ajuste de contas.

A mais notória foi a da África do Sul e da herança da segregação racial. Ela é cantada em prosa e verso! Já estive com pessoas que lá atuaram – que participaram dos trabalhos – e me contaram algo diferente, de que absolutamente não resultou em muito avanço. Ao contrário, houve um sentimento de frustração. Uma frustração que não é dita, mas está viva nas pessoas.

A partir dessa da África do Sul, outras comissões foram criadas, todas elas com o intuito de recuperação da memória e do desvelamento da História e de seus dramas. Mas também se escutam – aqui no Brasil – algumas coisas que a mim espantam. A imprensa registra, inclusive – sem a menor preocupação em confrontar com o real –, que na Argentina houve uma Comissão da Verdade. Na Argentina não houve Comissão da Verdade!<sup>6</sup>

Houve uma Comissão que se chamou “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas” (CONADEP), que recebia denúncias vindas da sociedade civil. Foi presidida pelo notável escritor Ernesto Sábato – constituída pelo governo Alfonsín –, onde as pessoas, os familiares, as vítimas, iam espontaneamente prestar seus depoimentos e apresentar os seus reclamos. Não houve nenhum processo investigativo! As pessoas levavam as suas queixas e denunciavam o desaparecimento de seus familiares ou conhecidos: “o meu irmão desapareceu”, “o meu pai desapareceu”, “o meu tio...”, “o meu marido...”. Essas pessoas iam lá e levavam documentos que porventura tivessem e que pudessem produzir provas.

A partir da Comissão Argentina (CONADEP), munida de documentos que recebia – em um momento ou outro, se fosse o caso –, podia buscar mais informações complementares. Mas sempre a partir do que fora apresentado. Mesmo assim, reuniu um acervo documental e testemunhal fantástico. Foi importante, mas a Comissão não chegou a registrar 10 mil casos de desaparecidos – 9 mil e muito. Esse número contrasta com o número de desaparecidos, cuja estimativa é calculado em 30 mil – e não estou falando dos presos executados, aqueles cujo cadáver foi entregue à família (e há muitos casos desta natureza). Então, só de desaparecidos os argentinos contam aproximadamente 30 mil, e essa Comissão não apurou sequer um terço, isto é grave! Não estou diminuindo a importância do trabalho realizado, não.

<sup>6</sup> A CONADEP foi criada por Alfonsín, em 1983, com o objetivo de investigar os casos de milhares de desaparecidos. O relatório final foi entregue em 20/09/1984. 10 pessoas formaram a Comissão: Ricardo Colombes René Favaro, Hilarío Fernández Long, Carlos T. Gattinoni, Gregorio Klimovsky, Marshall T. Meyer, Jaime F. de Nevares, Eduardo Rabossi, Magdalena Ruiz Guiñazú, Ernesto Sábato. No mesmo decreto, congressistas foram convidados a participar, somente a Câmara de Deputados o fez: Santiago Marcelino López, Hugo Diógenes Piucill, Horacio Hugo Huarte. Foram criados cinco departamentos: Departamento de Declaraciones, bajo la responsabilidad de la Sra. Graciela Fernández Mejjide; Documentación y Proceso de Información, bajo la responsabilidad de el Dr. Daniel Salvador; Departamento de Procedimientos, bajo la responsabilidad de el Dr. Raúl Aragón; Asuntos Legales, bajo la responsabilidad de el Dr. Alberto Mansur; Departamento Administrativo, bajo la responsabilidad de el Dr. Leopoldo Silgueira.

Foi muito importante! Mas se a Comissão é da Verdade, vamos trabalhar com a Verdade. Então, ela não foi uma Comissão da Verdade, ela fez aquilo que lhe foi possível fazer. Eu acho que temos sempre que examinar o contexto, e o contexto era aquele.

Escuto muito dizer que houve no Uruguai uma Comissão da Verdade. Não houve Comissão da Verdade no Uruguai! Houve, sim, uma Comissão da Paz – em um organismo também vinculado à Presidência da República – que pouco ou quase nada fez. Ainda continua atuando, mas até este momento os resultados são pífios.

O Chile<sup>7</sup> criou duas Comissões. Uma primeira, que se chamou Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación – conhecida como Comisión Rettig – que apurou um número de aproximadamente 2 mil casos, inclusive daqueles brasileiros que lá desapareceram. Mas só verificou. Agora, recentemente, uma nova Comissão – a “Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura”, conhecida como “Comisión Valech”, apresentou um relatório – que inclusive abarca a prática de tortura – totalizando 40.018 vítimas. São os dados obtidos por uma segunda Comissão.

Também houve uma no Peru. Chamou-se “Comisión de la Verdad y de la Reconciliación” (CVR). Essa no Peru sim! Esta eu entendo que foi muito importante porque apurou, investigou, e um dos resultados mais expressivos foi o julgamento e condenação do então presidente Fujimori. E isto é apreciável; eu acho que este é um bom exemplo de Comissão.

Na Guatemala também foi criada a “Comisión para el esclarecimiento Histórico, Verdad y Justicia en Guatemala”, que tenta apurar as violações dos direitos humanos, mas lida com extrema dificuldade. No Equador também tivemos uma “Comisión de la Verdad”. Mas o melhor exemplo para nós seria o Peru.

Então, esta é a conjuntura. E o Brasil ingressa tardiamente nesse quadro com uma Lei que cria a Comissão da Memória e da Verdade. E nós – e quando eu digo “nós”, eu digo entidades de direitos humanos de todo o país – discutimos muito, apresentamos sugestões. Todos sabem como isso foi votado – todos sabem que foi muito mal votado.

A Comissão terá dois anos para investigar o período que vai de 1946 a 1988; são sete comissários com 14 auxiliares. Será humanamente impossível. Impossível! O período a ser investigado é muito longo, é pouco o número de pessoal, e o tempo de trabalho estipulado é muito pequeno. O que me chama muito a atenção é que sempre, permanentemente, é dito que: “mas não é para punir ninguém”. Sim, uma Comissão da Verdade não tem por que se preocupar com isso porque esse não é o seu papel – no Estado Democrático de Direito, somente o Poder Judiciário é quem tem o poder de punir, esse é o seu papel, julgar e punir. Somente ele! Mas na lei deveria estar previsto que todo esse acervo documental – que certamente será reunido – tivesse uma cópia enviada para o Ministério Público Federal, não só para o

Arquivo Público Nacional – como está previsto. O envio dessa cópia para o Ministério Público Federal cria uma situação favorável para que o Ministério venha a tomar as medidas que são de sua competência. O que o Ministério Público Federal vai fazer com esse material não compete à Comissão da Verdade; ela não tem nada com isso. Mas uma cópia deveria ser enviada. Esta foi uma proposta que defendemos, mas não adiantou; toda essa discussão foi infrutífera.

Neste processo, houve um gesto importante do senador Paulo Paim, que convocou uma audiência pública no Senado – na Comissão de Direitos Humanos do Senado que é presidida por ele – para discutir o tema com a sociedade civil, mas, lamentavelmente, de imediato sofreu um boicote. Um boicote duro, de esvaziamento. Para a nossa surpresa, por parte da secretária nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário. Um boicote para que não acontecesse, porque o texto teria que ser aprovado tal qual havia sido enviado. Este fato lembrou-me, muito, o que aconteceu com a Lei de Anistia.

A ditadura militar mandou um Projeto de Lei para o congresso não admitir nenhuma emenda. A longo do debate, foram apresentadas mais de 230 emendas, e nenhuma foi aceita. Porque o projeto de anistia tinha de ser aprovado tal qual o Executivo – diga-se o general de plantão – tinha encaminhado. Mas era tempo de ditadura, tinha que obedecer, entende!? É assim que as ditaduras agem. Mas agora não. Agora não é mais possível admitir este tipo de atitude, aprovar um projeto tal qual o original encaminhado penso que não fica bem. Isso causou um desencanto enorme para as organizações de direitos humanos. Mas aí está o texto da lei, é este. O que fazer? Enfrentar e trabalhar nos limites que a lei nos colocou. No Brasil, às vezes as coisas não começam bem, mas se transformam no andar. E esta é uma expectativa que eu tenho.

Quando da homologação, do ato de assinatura da Lei – como dizem os nossos amigos do Rio da Prata: com “bombos y platillos” – houve um incidente. Tinha sido convidada a usar a palavra a psicóloga Vera Paiva – filha do desaparecido, ex-deputado, Rubens Paiva –, e ela foi proibida. Notem bem, estava programado e ela foi proibida por gente do Ministério da Defesa. Segundo eu estou informado, José Genoíno à frente. Impedida de usar a palavra porque lá estavam os três comandantes militares, mas acho que ali estava também a comandante em chefe, a presidente da República. Portanto, se é matéria militar, onde a hierarquia prevalece, estava presente a comandante em chefe das Forças Armadas do Brasil e três subordinados seus. Assim sendo, não haveria nenhum inconveniente. Mas assim foi!

Novembro... Dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril e maio, seis meses. Mas antes de passar nove meses a criança nasceu, porque precisava nascer! Viva a Comissão da Verdade!!!

Acho que em todo o país haverá movimentos fortes de colaboração e de cobrança, porque quem colabora tem o direito

<sup>7</sup> Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación – conhecida como Comisión Rettig, criada pelo presidente Patricio Aylwin, mediante decreto de 25/04/1990. Examinou o período de 11 de setembro de 1973 até 11 de março de 1990. Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura – conhecida como Comisión Valech. Foi presidida por Raul Rettig. Em 18/08/2011, apresentou seu relatório final, reconhecendo oficialmente um total de 40.018 vítimas.

decobrar, de exigir resultados. Esse é o quadro que vejo, olhando o que é a Comissão da Verdade – que tem por finalidade buscar a verdade! Acho que os poderes são poucos, mas é o que temos e não vamos deixar de participar.

SV: Até este momento falamos sobre a dimensão da verdade, e a dimensão da memória?

JK: Eu só posso ter uma memória daquilo que eu conheço perfeitamente. Que memória desse período nós temos hoje no Brasil? Nós sabemos dos nossos mortos e dos nossos desaparecidos, apenas. Mas quem foram os autores da barbárie nós não sabemos, e aquilo que sabemos é pouco, muito pouco!

Quando se busca a lista dos torturadores brasileiros, encontramos informações muito pobres, mínimas. Não foram só aqueles que hoje são publicamente reconhecidos, foram muitíssimos mais. Então nós temos que fazer esta galeria. O Brasil precisa urgentemente compor a sua “Galeria dos Canalhas” – daqueles que cometeram crimes de lesa-humanidade – uma galeria completa. E os familiares têm todo o direito de saber com detalhes o que aconteceu com o seu ente querido, como ele foi preso, se foi torturado, onde estão os seus restos mortais, enfim... E isso precisa ser investigado, comprovado e tornado público.

Aí, sim, eu posso, a partir da verdade, compor a memória, uma memória sólida. Nós temos no Brasil até agora – em relação aos desaparecidos – uma memória de saudade, mas não uma memória do que aconteceu. Isto é fundamental não só para os familiares, mas para que o povo brasileiro passe a limpo o que ocorreu, permitindo assim conhecer o passado e consolidar a democracia. Esse processo evita retrocessos, sempre possíveis numa sociedade como a nossa. Porque de 1985 até hoje nós vivemos em permanente transição! Um dia essa transição precisa terminar.

SV: Essa seria a minha segunda pergunta. Que contribuição pode dar a Comissão da Verdade e da Memória para a consolidação do processo democrático brasileiro?

JK: No Brasil, nós tivemos – em 1964 – um golpe de Estado. Esse golpe de Estado trouxe em seu bojo uma grande novidade, que foi a “Doutrina da Segurança Nacional”. Aquilo que nós – e quando eu digo “nós”, eu estou me incluindo – imaginávamos em nossa ilusão que era mais uma das tantas quarteladas que aconteciam na América Latina, não demorou muito para que nos déssemos conta de que não era. Que era uma doutrina que estava sendo imposta para o país e que, ao longo dos anos, acabou contaminando toda a região – doutrina a que toda a região foi submetida. Uma doutrina que correspondia à concepção política da chamada “guerra fria”.

O Estado nascido desta doutrina criou aparelhos repressivos altamente sofisticados...

SV: Aparelhos repressivos que passaram a ser componentes decisivos do novo modelo de Estado?

JK: Como componentes novíssimos do Estado. No Estado sempre houve polícia política. A história dos Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS) vinculados às polícias estaduais é de longa memória; o Estado Novo está aí para nos contar muitas coisas. Quanto ao aparelho de Estado ter em seus estamentos o setor de inteligência – entre aspas – não era novidade, mas com a sofisticação que se estabeleceu com o golpe de 64, não. Com o golpe foi então criado o “Sistema Nacional de Informações” (SNI) – que incorporou os dados do Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – que, ao seu tempo, era composto por 16 órgãos especializados. Estes órgãos eram estruturados em forma de malha, que ia da centralização em nível federal até as ramificações estaduais que contemplavam atividades de coleta e busca nos setores mais específicos em nível local, espalhados por todo o país.

Este país armou um esquema de inteligência – entre aspas – imenso. Passou a ser o país dos arapongas, onde o controle da sociedade estava estabelecido, e era o “grande irmão” que a tudo e a todos vigiava. Qual seria o número dos arapongas? É difícil até de fazer uma ideia, mas nós os tínhamos em diversos segmentos: nós tínhamos nas polícias civis dos estados, nos DEOPS; nós tínhamos nas polícias militares – que é sim, ainda hoje, uma parte do lixo autoritário da ditadura. Polícia militar? É uma antinomia! A segunda seção é sempre o “Serviço de Inteligência”, de espionagem; e nas três Forças Armadas a mesmíssima coisa se repete. Sempre segunda seção – isso que eu acho muito interessante – é a segunda seção! E se repete em toda a nossa América Latina. Um clone mal feito dos usos e costumes de nossos amigos do norte.

Bem... Como é que isso aconteceu?

Então, o país foi tomado por essa “inteligência”, nós chegamos a ter em Brasília a Escola Nacional de Informações. Um espaço imenso com um grande aparato tecnológico. Há algum tempo eu dizia que nós temos no Brasil uma escola de 3º Grau – pública – mas que não publica o seu edital de vestibular. Nós não conhecemos o rito que é aplicado para o ingresso e a permanência dos alunos, o currículo que cursam e não sabemos para onde se destinam os formandos. Isto tudo é feito a expensas do erário público. E este mau hábito vicejou por muitos anos e continua até hoje – segue até hoje – e nós temos que passar também isso a limpo.

A Comissão da Verdade vai contribuir muito, sabe por quê? Porque ainda hoje nós vemos diariamente na imprensa brasileira o grampo disso, o grampo daquilo, o grampo daquele outro... Mas o que é isso? Esse é o país do grampo! Um hábito permanente que provoca mudanças como o cachimbo que entorta a boca. E a Constituição Brasileira diz que existe uma proteção ao sigilo nas comunicações. Sigilo que está claramente expresso na Constituição Brasileira. Olha, existe uma cláusula pétrea – no artigo 5º, inciso XII – que garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Assim, a regra é o sigilo – mas está prevista uma exceção – que traz em seu bojo uma exigência: autorização judicial em caso de investigação criminal. Se nós não passarmos a limpo este passado – este mau hábito –, nós

vamos permanentemente estar nos deparando com violências e ilegalidades de todos os gêneros e não alcançaremos a normalidade própria da democracia. Porque esses hábitos ficaram e são eles que patrocinam a corrupção – que é um mal grave também. Quer dizer, é uma democracia enferma, enferma pelo passado ditatorial e pelo mal que permite existir a corrupção. Na atualidade, podemos perguntar se todos os deputados e senadores que estão no Parlamento lá chegaram através de campanhas limpas. Penso que não. Penso que a sociedade tem dúvidas sobre isto.

Então, nós temos que desvendar a verdade para desmantelar a herança autoritária, para que saibamos exatamente, já que estamos contribuindo – e muito – com a consolidação da democracia. Como povo pagamos um preço muito alto.

Nós não podemos permitir o esquecimento, apagar da nossa história todo este período em que estivemos submetidos. Porque de repente isto também é uma licença, é uma permissão: “Olha, de vez em quando vocês podem dar um golpe aí... Podem matar pessoas, torturar, desaparecer com os corpos, porque depois a gente faz uma pequena lei e tudo fica bem.” Não! Isso é absolutamente intolerável.

Então, uma democracia saudável precisa rever esse passado e colocar em tábula rasa: “Foi isto que aconteceu!” Porque então teremos os antídotos. Quantos serão? Não sei, mas serão antídotos, não tenham dúvida.

SV: O Dreifuss<sup>8</sup> – falecido recentemente, professor da Universidade Federal de Minas Gerais...

JK: Um uruguaio, diga-se de passagem...

SV: Um uruguaio... René Armand Dreifuss! Dizia que os aparelhos de repressão – escreve isso em um livro – chegaram a ter mais de 1 milhão de pessoas envolvidas, direta e indiretamente. Eu recordei quando vi a minha ficha – que não tinha aqui no Rio Grande do Sul, estava lá em Brasília no Ministério do Exército – me atribuíam coisas que eu jamais fiz.

JK: Eu tenho minhas dúvidas sobre a não existência de “documentos” aqui no Rio Grande do Sul. Quando a Constituição trouxe esse novo mecanismo do “habeas data” (artigo 5º, inciso LXXII), ao tempo cantado em prosa e verso, eu me prometi que nunca iria pedir as informações que tinham a meu respeito. Por uma razão singela... A resposta que poderia receber seria exatamente esta: “Não, não há nada aqui, não há nenhum registro.” Então o que eu vou fazer a partir daí? Vou ir para a Esquina Democrática arrancar os cabelos e gritar: “Eu sou subversivo!” Não! Então, resolvi que nunca iria solicitar.

Essa situação sempre me traz à lembrança um episódio acontecido com o comico americano Groucho Marx, que em seu programa – que era um programa de humor salgado – iro-

nizou Richard Nixon; chamou o Nixon de tudo. O Nixon ficou muito bravo e cometeu a imprudência de processá-lo. Ele foi processado e a sua defesa foi bem singela – e ele próprio escreveu: “Eu, Groucho Marx, sou um mentiroso. Eu estou sempre mentindo. Eu nunca paro de mentir. Groucho Marx.” Isso foi a grande gozação nos Estados Unidos; o Nixon o processou e recebeu uma resposta única.

Então eu decidi que não pediria e ficaríamos assim. Mas passou-se o tempo, e um pesquisador americano – de naturalidade paraguaia –, fazendo o seu trabalho sobre os sem-terra, um dia me procurou. Eu disse: “Não, o Movimento Sem-Terra nasceu aqui dentro, então temos alguma coisa dos três ou quatro primeiros anos, depois não tenho mais.” Ele viu o que nós tínhamos, ficou muito satisfeito e perguntou onde teria mais. E aí eu confesso que com espírito safado – dias antes eu tinha visto na televisão o Lula assinando a ordem de serviço para que todo o acervo do SNI fosse encaminhado para o Arquivo Nacional, lembro que a Dilma chorou inclusive – e com certa maldade eu disse: “Olha, está no Arquivo Nacional, o Lula mandou para lá. Então vai lá que lá tem.” E ele foi.

Passaram aproximadamente 20 dias, e ele me ligou para agradecer e comentou: “Muito obrigado, muito obrigado! Tem bastante coisa e o senhor aparece bastante aqui.” Aí me meteu o bichinho da curiosidade na cabeça e resolvi fazer o pedido do que tinham sobre mim. Enviaram-me 171 páginas. Li com atenção. E com o que eu me deparei? Deparei-me com o seguinte: tudo que estava ali listado eu fiz publicamente; só havia um único momento que eu não tinha feito publicamente. Isto era muito preocupante; como é que está registrado ali? Era poucas as pessoas presentes naquela ocasião; era um universo muito restrito, e alguém que havia participado certamente seria um agente. Um dos milhares e milhares de agentes; um deles era agente, claro que sim! Mas os demais documentos eram de atos que pratiquei publicamente, então...

Fiquei pensando eu com os meus botões... Bem, esses arquivos foram objetos de uma lipoaspiração. Porque eu sei o que eu fiz. Eu volto lá ao princípio de que tu sabes o que fizeste. Como é que não está aqui? Por que não está? Porque foi objeto de lipoaspiração! Porque é claro que eles têm registrado. Quando eu digo “é claro que têm registrado”, por que posso dizer isso? Porque passado algum tempo, outro pesquisador fazendo um trabalho diferente – sobre a presença de repressores e vítimas argentinos aqui – me dá de presente todo um informe no qual consta meu nome e estou eu ali como alguém que colaborou com os Montoneros para organizar uma grande reunião, que, sim, fizemos aqui, na praia de Cidreira. Esta documentação não constava naquelas 171 páginas daqueles documentos que me mandaram. Então, claro, houve uma lipoaspiração. Eu não acredito que todos os arquivos tenham sido destruídos!

<sup>8</sup> René Armand Dreifuss (1945-2003), professor da Universidade Federal de Minas Gerais, publicou um importante livro sobre o período militar: 1954: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe, Petrópolis (RJ), Vozes, 1981, 3ª edição.

SV: Se de fato foi feita uma limpeza, o que foi limpo? Ou a limpeza foi só na seleção dos documentos entregues?

JK: Não houve limpeza, continua em mãos dos militares! Agora, recentemente, eu fiz uma palestra lá na Câmara – na Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça – onde a grande preocupação da Comissão são documentos – eu falei sobre documentos. Disse a eles que é absolutamente mentira – dos militares – que queimaram tudo. E provo, e fui provando documentalmente. Por exemplo, em 1995 o então ministro do Exército, general Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, em uma entrevista ao jornal Estado de S. Paulo, diz solenemente: “Olha... Entendo que nós devemos devolver aos estados os arquivos do DOPS.” Se isso não é uma confissão, o que é? “Eu entendo que devemos devolver aos Estados os arquivos do DOPS” significa: Nós temos os arquivos do DOPS! Inclusive aqueles arquivos do DOPS do Rio Grande do Sul que foram publicamente queimados – o único estado que publicamente queimou. Um ano depois, eu recupero daqueles documentos que foram supostamente queimados, documentos que continham, inclusive, duas anotações posteriores à queima. Os arquivos existem e estão em mãos do exército – como também os arquivos completos dos DOPS’s.

SV: A Comissão da Verdade e da Memória poderá requisitar esses arquivos...

JK: Já chego aí! Na Comissão da Câmara eu fui mostrando... “Olha, vocês lembram que em 2002, em um domingo, no programa Fantástico da Rede Globo, apareceu uma matéria interessantíssima?...” Eles filmaram – na Base Aérea de Salvador – documentos queimados. De imediato me despertou a seguinte interrogação: Então o cara entra com uma câmera de televisão em uma base aérea, filma o que bem entende, vai embora e ninguém pergunta nada para ele? Isso não existe! Mas esta cena forneceu um gancho para o passo seguinte: “Vamos entrevistar aqui o coronel fulano de tal...” – que é o chefe do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). O repórter da Globo perguntou: “Coronel, olha esses documentos achados lá na base aérea, queimados, parcialmente queimados... O que o senhor tem a dizer?” O coronel respondeu: “Ah, isto é muito grave!”

No Brasil, quando qualquer “autoridade” diz “isso é grave”, a mim assusta. “Ah... Grave... Muito grave... Vamos investigar!”

Quer dizer, eu mostro o que tem lá, criando o “gancho” – porque eu não posso do nada entrevistar o coronel para me contar como queimaram os documentos que estavam lá no Aeroporto Santos Dumont. E, na época, não tinham dito de imediato os detalhes, tudo... “Olha... estão queimando os nossos arquivos secretos!” Não disseram isso!

Passado muito tempo, um esperto inventou essa coisa de investigar e o coronel informa que foi tudo queimado: “Queimou naquela época... Queimou!” Isso em 2002.

Avançamos no tempo e chegamos a outubro de 2010, quando o comandante da Força Aérea – o ten. brigadeiro do

ar Juniti Saito – faz a entrega solene para o Arquivo Nacional de cerca de 60 mil documentos – aqueles que, segundo o coronel, haviam sido queimados no Aeroporto Santos Dumont. Nessa palestra eu fui elencando fatos conhecidos, públicos – não tem nada de secreto. Isso aqui... Aparecem os documentos e estão lá sendo classificados. Documentos interessantíssimos!

Na continuação de minha fala, fui mostrando outras situações, e mais outras situações... E questionei: O que vai acontecer quando tocar à Comissão da Verdade bater na porta dos quartéis e pendurar o bilhete no pescoço do tigre? Não sei o que vai acontecer. Mas é dever dessa Comissão da Verdade solicitar os arquivos. Porque está provado, nesta minha fala na Câmara, que os documentos existem. “Bom, mas o brigadeiro Juniti me entregou 60 mil documentos...” Maravilhoso! Mas aí me surge imediatamente a pergunta – não sei se é a formação marxista que sempre te leva a interrogar tudo, a duvidar... Mas será que eram só 60 mil? Será que não tem mais?

Mas eu também disse – e me permita que eu diga agora porque isso que eu vou dizer é importante: “E não basta ser alfabetizado, tem que saber ler.” Causou riso... Mas é verdade, tem que saber ler... Por várias razões. Uma: Estes arapongas, eles tinham um bom salário, ganhavam muitíssimo bem. E eles tinham que justificar. Então aqueles informes – e muitos informes – não têm nenhuma relação com a Verdade. Nada a ver! E tu és testemunha disso!

Thiago Pires (TP): Essa era a razão da pergunta que eu ia fazer.

JK: Tu tens toda a razão, porque é isso. Eles ganhavam muito bem, e de vez em quando... “Eu não estou produzindo nada, vou produzir um relatório aqui.”

Bom, e entre esses documentos da Força Aérea – há um que me chamou muito a atenção e eu fui investigar. Registrava uma reunião em Registro – no município de Registro – em pleno Vale da Ribeira, em São Paulo. Uma reunião acontecida em 1980 na qual estava presente uma pretensa Junta Revolucionária. Então teria gente do Exército Revolucionário do Povo (ERP), dos Montoneros, dos Tupamaros, do MIR chileno, do MIR boliviano e a senhora Dilma Rousseff, seu marido Carlos Araújo e seu cunhado Luíz Heron. Em 1980? No Vale da Ribeira? Este seria o último lugar que qualquer militante que deu meio tiro na luta armada escolheria – pela questão do passado.

Isso me chamou muito a atenção. E o informe falava em Dilma Rousseff e dava a fonte, jornal El País de 08 de abril de 1980. Jornal El País de Montevidéu – o que me facilitou muito. Solicitei ao nosso querido amigo e companheiro Universindo Rodríguez Díaz, da Biblioteca Nacional do Uruguai, que visse o acervo dos jornais de abril de 1980: “Dá uma olhada aí...”. Ele me mandou a matéria – e eu tenho a foto do diário –, a matéria está lá, mas não fala nada de Dilma, não fala nada! E o cara dá como fonte: “Olha, saiu lá no El País, olha gente...”. Mas não tem, a matéria não existe. O que existe é um relatório de fantasia.

Então... Olha aqui... Tem que saber ler! Por esta razão, muita coisa do que está ali informado não é absolutamente verdade, é produção e às vezes – e muitas vezes – de mentes doentias, que faziam relatórios até para justificar o seu salário e a manutenção do emprego.

Mas há outras situações históricas para as quais eu quero chamar a atenção – como chamei lá na Câmara. Agora neste momento – e nem precisa bater na porta do quartel – existe muito documento disponível que as pessoas não vão procurar, os pesquisadores não vão buscar, mas estão aí disponíveis. Em minha fala na Câmara, demonstrei – com documentos – a primeira ação da Operação Condor, que uma série de historiadores e jornalistas insiste em dizer que foi o Chile que criou. Não é verdade! Quem deu origem à Operação Condor foi o Brasil. A primeira Operação Condor foi realizada em dezembro de 1970 em Buenos Aires. Os documentos que relatam essa operação estão disponíveis no Brasil! Vocês já tinham ouvido falar disso? Que estão disponíveis no Brasil?

SV: Sim, sim... Em conversas pessoais, mas publicamente não.

JK: Em conversas pessoais sim, mas não é público! A segunda Operação Condor, que envolveu Edmundo Péricles Camargo, está lá o documento! Tem que saber ler! Tem que procurar no que está disponível, sentar e examinar, mas não é para qualquer desavisado. Tem que ter um pouco de informação e formação para examinar, saber o que é isso e o que é aquilo, portanto saber ler.

Então, existem documentos importantes disponíveis, eu vou me referir agora, em passant, a um documento conseguido em São Paulo, lá no Arquivo Público do Estado de São Paulo – está disponível, aquele arquivo do DOPS que eles recuperaram. Um documentozinho, pequeno, não sei se tu lembra? Era de hábitos e costumes de antigamente, um memorando, que era de meia folha de papel ofício. Quem nunca viu um destes na vida? Isto era um hábito, tínhamos a folha ofício e tínhamos o “memorando” que era metade da folha ofício. Genial!

Então, era um memorando informando sobre uma Operação Condor praticada em São Paulo, está ali a informação! E esse documento eu não posso consultar pelo seguinte... Este documento – do qual temos uma cópia autenticada pelo diretor do Arquivo Público – nós estamos agora no Itamaraty concluindo a autenticação – faz parte da burocracia. O diretor assina, leva ao cartório, reconhece a firma e depois tem que reconhecer a firma do tabelião. Então é o Itamaraty que faz, tem o convênio do Mercosul... Então são esses processos. Porque esse documento vai fazer parte do Processo Operação Condor na Justiça Federal Argentina.

Está ali... Então, nós temos bastante coisa que está disponível, já entreteria esses 14 auxiliares da Comissão por um largo período, só examinando o que tem disponível. Mas é claro, tudo aquilo que não está disponível nós temos que buscar, mas com a certeza absoluta e indelével – porque tenho provado

sempre – de que estes documentos existem e estão em mãos das Forças Armadas. Não há dúvida nenhuma! Se me perguntarem: “Em Porto Alegre existe?” Existe! No Comando Militar do Sul, 5º andar – ali existe um grande arquivo. Porque é uma regra internacional – não é nossa – informação nunca se destrói, informação se conserva.

TP: E a Operação Condor? Essa Comissão da Memória e da Verdade terá espaço, terá tempo, para enfrentar a busca das informações sobre a Operação?

JK: Eu não posso – absolutamente –, hoje, prever o que ela vai fazer. Mas acho que é muito importante por duas razões. A primeira razão: nós temos muitos brasileiros vítimas da Operação Condor, e o Brasil nunca fez nenhum gesto concreto junto aos países onde ocorreu a operação – Argentina, Chile, Bolívia. Aí nós temos muitos brasileiros desaparecidos. Nunca o governo brasileiro – nenhum destes governos que sucederam a ditadura –, nenhum gesto pedindo a estes países que investiguem, que façam alguma coisa.

Agora em março teve uma iniciativa nossa junto ao procurador federal argentino, Miguel Ángel Osório – que é o titular da causa Condor – que se dispôs a reabrir o caso – abrir de verdade, porque se não havia antes não se reabre – do Tenorinho, o pianista do Vinicius de Moraes. Eu estou tratando com ele – como é ele que vai receber este documento precioso de uma Operação Condor em São Paulo – estou tentando ver se coloco os outros brasileiros nesse mesmo pacote; vamos ver se conseguimos.

Mas o governo brasileiro não tomou nenhuma iniciativa junto ao Chile, Argentina e Bolívia. Não, nenhuma iniciativa. Nós precisamos ver isso.

Ao mesmo tempo, veja que interessante, o Brasil reconheceu sua responsabilidade sobre os casos da Operação Condor realizados em território brasileiro. Reconheceu porque indenizou as famílias. Ora, se reconheceu, ele tem que contar a história toda. Então essa Comissão da Verdade poderia, também, se preocupar com isso.

Eu vou adiantar um pouco, a pedido da deputada Luísa Erundina, estou trabalhando na formatação – já mandei uma proposta que foi aprovada, estamos agora fazendo a sintonia fina – de um programa para um Seminário Internacional, na Câmara dos Deputados, na Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça, sobre a Operação Condor. Pensamos fazer um Seminário Internacional no qual pretendemos, e vamos aprofundar, em cada país em que as ações ocorreram, o que é a Operação Condor, o que foi e o que resultou. Porque, ao mesmo tempo em que tudo é muito semelhante, cada país tem suas particularidades. Então, vamos ouvir os argentinos, os uruguaios, os chilenos, os paraguaios, os brasileiros sobre este tema, para formar um panorama latino-americano.

Em conversas com a deputada Luísa Erundina, tenho dito o seguinte: “Deputada, esta Comissão aqui do Parlamento, ela tem uma missão que é auxiliar a Comissão da Verdade e ser mais um braço da Comissão da Verdade – já que são tão poucos –,

então mais um braço para cooperar, para agregar informação. Mas também tem um outro papel, o de balizar essa Comissão da Verdade. Quer dizer, um evento como esse Seminário que é só sobre a Operação Condor, ele deve balizar a Comissão da Verdade. A Comissão da Verdade não pode fazer menos do que isso! Menos não, pode e deve fazer mais! Então tem que se balizar!”

Esse seminário entra nesse propósito, de expor essas questões e de aprofundar, mas também de balizar. Menos não, mais sim! É necessário.

E esse seminário – sem falsa modéstia – vai fechar com duas criaturas que eu entendo muito importantes para o mundo da academia e aquele que coordena o National Security Archive para a documentação da América Latina. Este eu pretendo que esteja presente para falar o que existe lá, da documentação norte-americana, que é farta – sobre as tropelias acontecidas aqui.

Alguns exemplos de trabalho e documentação, inclusive tem fita gravada da audiência do presidente Médici com Nixon e Kissinger – está gravado. Tratando do quê? Da eleição para o governo uruguaio e que dizia respeito à preocupação política que a ditadura brasileira tinha com a Frente Ampla – uma novidade naquele período –, um novo grupo de esquerda que poderia ser um risco para os três personagens mencionados acima.

Então, essa reunião está registrada, e outras... Outros documentos. Eu pretendo que o encarregado – para os temas da América Latina – desse arquivo monumental esteja presente, contando o que tem lá disponível. Há anos eu venho insistindo com as autoridades brasileiras para que peçam aos norte-americanos o que eles têm de documento. Porque eles têm muito documento! “Unclassified” já, e que pode, sim, contribuir muito para a verdade e a recuperação da memória do Brasil e da América Latina.

Há um documento que eu tenho aqui e que trata de seis argentinos desaparecidos no Brasil, e eu representei as famílias desses casos. Em um caso típico da Operação Condor realizada em março de 1980 no Aeroporto do Galeão, eu usei um documento norte-americano que narra como foi feita a operação. Narra com muitas informações!

Então, documentos assim são importantes! E também – é do mundo da academia – a Universidade George Washington, que recebe esses documentos todos. E outro, a professora que é diretora do Programa de Estudos sobre a América Latina da Long Island University, J. Pratiche McSherry, que tem uma obra publicada importantíssima. Eu acho que umas das melhores obras sobre a Operação Condor. Melhor do que aquela famosa do John Dinges. John Dinges escreveu bastante bem, mas acho que ele não aprofundou suficientemente; ela, sim, aprofunda com qualidade. Ela chama de “os Estados de predadores”, não como título, mais como essência. Isso será o eixo desse Seminário.

TP: Não sei se o senhor tem conhecimento de um arquivo que foi descoberto recentemente no Paraguai – acho que em 2010 – em um porão “secreto” do Ministério da Defesa do Paraguai, onde se encontra muito material da Operação Condor?

JK: Eu te digo assim... A gente tem sempre que olhar o contexto das coisas. Claro, arquivos, sim, acharam. Mas acharam só agora, no final de abril, no Uruguai – um prédio que até conheço –, sabia disso?

TP: Não!

JK: Pois encontraram e também no subsolo. E esse do Paraguai tem muito documento. Agora, no Paraguai o contexto – tem um cidadão lá que é muito meu amigo, quero muito bem a ele, Martin Almada, que encontrou o primeiro Arquivo do Terror. O mérito dele é esse. Mas ele é um homem – ele foi preso pela ditadura e barbaramente torturado, mas sabe aquelas coisas? Ele não era militante de um grupo político. Ele era um advogado e professor, e ele tinha lá um Instituto de Ensino. Certa vez, ele foi fazer uma pós-graduação em La Plata e lá ele descobriu Paulo Freire. Ficou encantado! E voltou para o Paraguai com o Paulo Freire na cabeça. Mal começou a trabalhar com o pensamento pedagógico do Paulo Freire e foi preso.

Mas ele não era militante de um grupo, não. Isto é muito ruim, porque tu cai preso e tu não entende o que aconteceu contigo. E ele foi barbaramente torturado! Fruto disso a mulher dele acabou morrendo – morreu do coração por causa da pressão. Ele depois conseguiu sair para o exílio, ficou no exílio, volta, mas desenvolveu uma ideia fixa... Tudo para ele passou a ser Operação Condor. Um galo cantou: “Olha, parece ser uma ação da Operação Condor!” Não é assim! Eu sempre disse, a Operação Condor tem uma exigência muito simples: ela tem a necessidade de que dois, ou mais, aparelhos repressivos – de Estados diferentes – atuem juntos em outro território, mas tem que ser no mínimo dois aparelhos. Senão não é Operação Condor!

Os arapongas brasileiros – a repressão brasileira – atuando em nosso território não é uma Operação Condor, é a nossa mesmo! Mas quando vêm os caras do Uruguai para sequestrar a Lílian e o Univer sendo aqui em Porto Alegre, é, sim, uma Operação Condor, porque juntou dois aparelhos repressivos. Foradisso não é Operação Condor, é qualquer outra coisa. Elá, tudo é Operação Condor.

Esses documentos encontrados são de muito menor importância do que aqueles primeiros, mas têm muita informação. Alguns desses documentos eu já tenho aqui no arquivo do Movimento, uma informação para morrer de rir: um documento que relata a presença de Che Guevara na guerrilha paraguaia – uma guerrilha que nunca houve. E quando a repressão paraguaia apertava, o Che pulava para o Brasil porque aqui tinha uma articulação... Isso é mentira, absolutamente! Mas é uma mentira gigantesca, com páginas e páginas de bobagem.

SV: Ficção!

JK: É ficção, mas os documentos existem. Voltando para a documentação encontrada no Uruguai recentemente. Conheço o prédio – estive lá, agora, há pouco tempo. Neste prédio está instalado um museu precolombino [Museo Precolombino



y Colonial, Montevideo, Uruguai] – eu sou apaixonado por essa questão pré-colombiana. Fui lá ver com um grande amigo meu. O prédio – quando eu entrei logo percebi... Ele fica na ciudad vieja e nele estavam as instalações do Ministério da Defesa. Então saiu o Ministério da Defesa e fizeram o Museu de Arte pré-colombiana – no mesmo prédio.

Agora estão fazendo umas reformas, e tinha um porão cuja única forma de acesso era por um único elevador, não tinha escada! E o elevador tinha quebrado – e, bem, ninguém deu bola. Quando consertaram o elevador e foram lá... “Olha aqui!” Cheio de documentos! Isso foi sexta-feira, dia 04 de maio passado.

Que providência foi tomada? Lacraram tudo – “aqui ninguém entra!” E breve deve estar começando um escribano público que vai fazer o rol dos documentos. “Isto só vai sair daqui depois de listado o que tem aqui.” Achei genial! Um escrivão público... “Olha, está tudo aqui, agora pode tirar.” Quer dizer, no caminho não pode desaparecer nada.

Agora, sexta-feira, é impressionante isso! Tem fotos, inclusive, dos documentos.

Então, esse do Paraguai tem essa característica, ele é menor, é menos, é bastante menos, mas é importante.

Mas falando do Paraguai, eu quero contar para vocês o seguinte: Eu sempre – desde que se achou o primeiro Archivos del terror –, examinando os documentos... “Esses paraguaios escreviam tudo, coisa horrível!”

Agora, depois disso, e vendo os documentos brasileiros mais quentes, não falo mais dos irmãos paraguaios, porque os nossos escrevem mais. Os nossos escrevem mais! Tu olha e te assusta! Está tudo ali escrito – o que foi feito está tudo escrito. Isso a Comissão da Verdade vai ter que ver, porque ali tem os nomes, explicita quem fez o que fez e como fez.

SV: Jair, eu teria ainda mais uma questão. A Comissão – através do seu relatório – vai nos auxiliar na possibilidade de rever a Lei da Anistia? Ou essa perspectiva não existe?

JK: Eu diria o seguinte... O relatório da Comissão da Verdade é muito importante para que vá só para o Arquivo Nacional. É preciso que vá, sim, para o Arquivo Nacional, mas com uma cópia para o Ministério Público. Essa é a missão da Comissão da Verdade, que é uma comissão investigativa.

A questão da Anistia é uma outra questão. E eu te digo assim, que lamentavelmente – diferentemente dos países aqui da região – o nosso Supremo tem uma postura absolutamente equivocada – para dizer o mínimo.

SV: Para ser gentil!

JK: Para ser bem gentil e para honrar aquele esforço que a minha mãe fez em me educar. Na Argentina, a Suprema Corte declarou absolutamente inconstitucional a Lei de Obediência Devida e Lei de Ponto Final, que eram as Leis de Anistia deles. A Suprema Corte do Uruguai já declarou – em um caso – inconstitucional a Lei de Caducidad, que é a Lei de Anistia deles.

Então, aqui na região já se tem um bom entendimento sobre os limites das leis da Anistia. E no plano internacional não existe essa Lei de Anistia. Porque os crimes de lesa-humanidade são insuscetíveis de graça ou benefício, então a Lei de Anistia do Brasil simplesmente não existe. Para quem? Para os agentes públicos civis ou militares. Porque – eu sempre digo assim – o que está faltando nesse país é ler com atenção o próprio texto da Lei – aquela em que não foi possível nenhuma ementa. Tem que ler o texto da Lei porque ali está escrito que anistia diz respeito aos crimes políticos e conexos. Conexos a quê? Ah, crime político! Agora eu sempre pergunto: algum agente de Estado pode cometer crime político? Não! Agente de Estado não pode cometer crime político. Tu podes, ele pode, eu posso. Nós podemos cometer crimes políticos, sim, claro que sim. Mas agente de Estado, não! Nunca!

E como esse é um país sem memória – por isso que é muito importante uma Comissão da Verdade, Memória e Justiça depois. Precisa ter memória! A Lei da Anistia é de agosto de 1979. Em fevereiro de 1980, muitos companheiros nossos estavam fazendo greve de fome nos presídios políticos porque a Anistia não anistiou crime de sangue. Que chamavam de terrorismo – quando ainda hoje no Brasil não existe no direito positivo o que seja terrorismo – não existe – mas que terrorista não tinha direito. Mas estes senhores que, em nome do Estado, cometeram esses crimes – isso é um crime de terrorismo de Estado; portanto, eles não estão anistiados.

Eu acho assim: vamos fazer uma homenagem à língua portuguesa e ler com atenção o próprio texto da Anistia. Porque não... Além de no plano internacional não ter o menor valor uma lei que verdadeiramente é de autoanistia – não é de outra coisa – é de autoanistia. Não tem valor jurídico nenhum – para isso já se tem uma jurisprudência enorme à disposição – só o nosso Supremo resiste.

Eu até faço questão de contar o seguinte: às vésperas de a OAB ajuizar a sua ação – por essas coisas da vida – eu estava em Brasília em uma cerimônia e, compondo a mesa, estava ao meu lado César Britto – Dr. César Britto, presidente da OAB. Ele me toma pelo braço e fala assim: “Amanhã nós vamos entrar com uma ação no Supremo.” E eu disse a ele: “Não faça isso, presidente!” E ele arregalou os olhos: “Por quê?” “Porque esta não é uma questão jurídica, é uma questão política. E, se nós vamos ao Supremo, nós nos submetemos ao Supremo. E eu já vou lhe dizer o resultado – já, agora. Qual vai ser o resultado? E o resultado foi esse que nós temos! E aí, presidente, vamos falar com quem? Com o núncio apostólico? Porque terminou o espaço político: ‘O Supremo disse, o Supremo falou! Roma locutat, causa finita est!’”

Mas eles entraram com a ação e estamos vivendo isso. O Supremo disse que sim, que os agentes do Estado estão anistiados. Ementem, porque dizem que foi uma conciliação brasileira, foi um acordo. Não houve acordo nenhum! Se olharem o número dos votos que aprovaram, a diferença foram 26 votos, se não me engano. Mas que acordo houve? Não houve acordo nenhum, houve uma imposição!

E estão falseando a história porque sabem que esse é um povo sem memória. Por isso que a Comissão da Verdade é muito importante, para restabelecer a memória do quanto hediondo foi esse regime. Que isto não pode passar em branco, como forma de nós, sim, agora, vivermos em democracia. Porquê? Porque crimes dessa natureza não se podem perdoar, não se podem esquecer.

TP: E são crimes que, uma vez não resolvidos, permanecem sendo praticados ao longo do tempo.

JK: É sempre muito perigoso abrir a porta do inferno, porque depois, para botar os demônios de volta lá para dentro, é muito difícil. No dia 1º de abril de 1964, abriu-se a porta do inferno e os demônios saíram. De lá para cá nós não conseguimos,

ainda, botar de volta todos os demônios no seu lugar de origem.

Enquanto nós não passarmos a limpo – e por isso uma Comissão da Verdade é importante –, os demônios ficarão por aí soltos, circulando. Sempre projetando – e fazendo – novas estripulias.

Acho que já tarda, nós estamos muito atrasados nisso, mas que viva a Comissão da Verdade. É impossível não ter críticas, mas ela precisa existir, ela precisa funcionar e nós precisamos colaborar, mesmo com essas críticas que temos. São críticas pontuais? Talvez!? Devido a nossa incompetência, talvez!? Nós não conseguimos mais. Mas com isso que temos – com esses tijolos que nós temos é que vamos fazer o nosso muro. E a sociedade deve se mobilizar e fazer mais, fazer com que a Comissão da Verdade funcione. É assim que funciona a coisa no Brasil.